

Sistematização proíbe a penhora de propriedade rural com até 25 hectares

Da Sucursal de Brasília

CONSTITUINTE 87



As propriedades rurais de até 25 hectares (uma área equivalente a um sexto do parque do Ibirapuera, na zona sul da São Paulo), desde que trabalhadas por uma única família, não poderão ser penhoradas para pagamento de qualquer tipo de débito. Por cinquenta votos a 39, a proposta do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), centro, foi aprovada ontem pela Comissão de Sistematização e será incorporada ao capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos da nova Constituição.

Defendida pelos constituintes de esquerda, a emenda de Carneiro ganhou o apoio de muitos "moderados" como os deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), direita, e Konder Reis (PDS-SC), direitas. O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, foi contrário à inclusão da emenda. "Se em termos sociais é boa essa medida, na prática, ela se inviabiliza", disse Cabral.

Financiamento

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), esquerda, afirmou que, com a aprovação, o governo terá de criar uma linha de crédito específica para o pequeno produtor. Atualmente, os financiamentos concedidos pelos bancos privados são feitos



Parlamentares discutem durante voto na Comissão; à dir., o senador José Richa

contra a penhora da terra. "Agora, o agricultor não vai perder mais a terra", disse Sandra Cavalcanti.

"Resta saber se o pequeno produtor não será excluído da possibilidade de financiamento", declarou o coordenador nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Cesmar Moura. Segundo ele, o "paternalismo" da proposta "só atrofia a capacidade dos pequenos produtores". O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), direita, que discursou contra a emenda, disse que ela é "irreal, utópica". Ele contestou também o limite de 25

hectares fixado, lembrando as diferenças regionais do país.

O presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, disse ontem que este "avanço" no texto constitucional precisa vir acompanhado de uma política governamental que dê preferência para os pequenos agricultores. "Não basta que se crie uma norma. É preciso que os recursos da agricultura sejam destinados prioritariamente aos pequenos produtores, com uma política

diferenciada, com subsídios", disse ele.

Estatização do crédito

O deputado José Serra (PMDB-SP), que votou contra a emenda de Carneiro, disse que se corre o risco de estatizar o crédito agrícola com este dispositivo constitucional. "Isso pode provocar o efeito inverso do que se quer", afirmou o deputado paulista.

Essa proposta do senador Carneiro será incorporada no primeiro capítulo do Título II. Depois de votados os 55 parágrafos do quinto artigo, os constituintes começaram a votar emendas relativas ao tema do capítulo que trata dos Direitos Individuais e Coletivos e, posteriormente, Cabral agregará as propostas aprovadas no texto da nova Constituição.

Justiça

Por 81 votos a dez, a Comissão de Sistematização aprovou emenda do deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB no Congresso constituinte, estabelecendo que todas as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata após a promulgação da nova Constituição.

Com essa decisão, a modificação feita no parágrafo 54, proposta por Arruda Sampaio e aprovada por oitenta votos contra o do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), provocará benefícios imediatos. Pela emenda, o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Líderes intensificam debate sobre estabilidade

Da Sucursal de Brasília

Desde ontem, os partidos intensificaram a discussão sobre as três principais propostas para estabilidade no emprego, que será o próximo tema polêmico a ser votado na Comissão de Sistematização. Os líderes do PMDB e do PFL reuniram-se ontem à noite para discutir o tema. A liderança peemedebista defende a aprovação do texto do primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) —que preserva os princípios da estabilidade no emprego. De acordo com o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), seu partido está disposto a conversar sobre ela.

O deputado Luis Andrade Ponte (PMDB-RS), centro, apresentou ontem destaque supressivo à emenda de iniciativa popular patrocinada por empresários da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fergs). Ponte retirou do texto original o item "e", que previa a figura da justa causa para demissão gerada por dificuldades econômicas das empresas. O destaque retira também o termo "por tempo de serviço" para o item "d", que previa indenização

Amato volta a criticar proposta

Da Reportagem Local

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, 68, disse ontem que "o problema da Constituinte é muito grave" e está deixando os empresários muito preocupados, principalmente em relação à proposta de estabilidade no emprego.

progressiva. Com a mudança, Ponte avalia que pode ganhar pelo menos mais cinco votos em plenário, acrescentando que ela tem o apoio das federações de indústrias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, centro-direita, acredita que sua emenda propondo indenização proporcional ao tempo de serviço (um salário para cada ano trabalhado, além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), pode ter o apoio majoritário do PFL, PDC, PL e

"Se a estabilidade prevalecer, o Brasil mergulhará numa situação muito difícil. Não haverá novos investimentos, muitas firmas encerrarão as atividades, haverá um festival de desemprego e o Brasil voltará a ser uma país agropastoril", afirmou Amato às 19h, durante entrevista concedida na sede da Fiesp (av. Paulista).

PDS. Sua avaliação é a de que a possibilidade de aprovação da proposta "é boa".

Já o PDS, segundo o senador Jarbas Passarinho (PA), centro-direita, ainda não se definiu. Os trabalhadores, que desistiram de negociar com os empresários, preferem a emenda do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a qual assegura estabilidade.

Leia a opinião da Folha no editorial "Estabilidade falaciosa", na pág. A-2

Sem-terra fazem manifestação em Brasília

Da Sucursal de Brasília

Um grupo de trabalhadores rurais sem terra reuniu-se ontem, diante do Congresso Nacional, para pressionar os constituintes a aprovarem emenda de iniciativa popular, com 1,5 milhão de assinaturas, prevendo a imissão (investidura) imediata da posse da terra após sua desapropriação. A emenda foi apresentada à Comissão de Sistematização por dezesseis entidades que integram a Campanha Nacional pela Reforma Agrária —liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A manifestação teria conseguido reunir cerca de sete mil pessoas, segundo seus organizadores —além da Contag, CPT e Sem-Terra, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT. Transportados por mais de cem ônibus, os sem-terra também se concentraram diante do prédio do Ministério da Agricultura.

Além da imissão imediata, os trabalhadores reivindicaram uma política agrícola que beneficie os pequenos agricultores. A mobilização deve durar até quarta-feira, com visitas ao Ministério da Justiça e da Reforma e Desenvolvimento Agrário ao presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães.

A concentração em frente ao Congresso foi iniciada às 14h30, com os trabalhadores rurais entoando resis como "Sarney até noventa, o



José Francisco da Silva (Contag) discursa aos sem-terra em frente ao Congresso

povo não aguenta" e "você aí, parado, também é explorado". Às 16h, eles foram em passeata até o Ministério da Agricultura, onde entregaram ao ministro Íris Rezende um documento com suas reivindicações. Uma cópia desse documento será entregue hoje ao ministro Jader Barbalho, da Reforma Agrária, e ao ministro Paulo Brossard, da Justiça.

Amanhã, ele chegará às mãos de Ulysses Guimarães.

O coordenador nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Cesar Moura, disse que a manifestação dos trabalhadores rurais correspondia "ao livre direito de manifestação que têm todas as entidades regularmente constituídas".

Sistematização terá mais 20 dias de prazo

Do enviado especial a Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou ontem, às 17h, que o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sistematização será prorrogado do dia 8 para 28 deste mês, diante da absoluta impossibilidade de se cumprir o cronograma inicial para a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral.

A decisão de Ulysses foi tomada após rápida reunião com os demais integrantes da mesa do Congresso constituinte. Em outro encontro, pela manhã, desta vez reunindo a mesa da Comissão de Sistematização, foi tomada providência destinada a agilizar as sessões: serão permitidas, de agora em diante, apenas duas questões de ordem —uma a favor e outra contra— quanto à oportunidade de votação de determinado dispositivo. Foi também levantada a possibilidade de se apelar às lideranças das bancadas para que aceitem a inscrição de dois oradores, em lugar de quatro, no encaminhamento de cada votação. (JBN)

Jânio - O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, disse ontem que preferia "ir embora a ver o parlamentarismo" instaurado. "Teríamos um gabinete por semana e ninguém conseguirá se lembrar do nome de um ministro de Estado sequer", afirmou.

Moreira Lima - O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Octávio Moreira Lima, 61, disse ontem, às 12h30, em São Paulo, que "jamais deixarei de apoiar o presidente da República", referindo-se ao impasse político vivido hoje por Sarney após o rompimento oficial da Aliança Democrática.

Diploma - O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Armando Rollemberg, 35, disse ontem em Porto Alegre (RS) que se a questão da exigência do diploma específico para o exercício da profissão de jornalista vier a ser retomada pelo Congresso constituinte "deverá repetir-se a mesma correlação de forças que deu a vitória à nossa tese", da manutenção do requisito. À noite, Rollemberg fez a palestra de abertura do "1º Ciclo de Debates Cláudio Abramo", promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul sob o tema geral "Direito à Informação, Direito de Opinião". O ciclo prossegue hoje com palestra de Clóvis Rossi, repórter especial da Folha.

Moreira - O governador do Rio, Wellington Moreira Franco (PMDB), 42, disse ontem ser contrário ao aumento da bancada federal paulista de sessenta para oitenta deputados ainda nesta legislatura, conforme prevê o segundo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM).